

## O método como realização do conceito: monismo estrutural

Method as accomplishment of the concept: structural monism

Por Helio Aparecido Teixeira

Mestrando em Teologia (Escola Superior de Teologia)

Bolsista CNPq, Brasil

### Resumo:

O artigo intenta analisar o pensamento marxista como herdeiro da filosofia européia, especificamente aquela que acostumou a ver no modelo grego a compreensão de totalidade do mundo. E, desta forma, procura apontar para uma concepção hermenêutica do conceito como realização no pensamento da realidade social. O mundo, a realidade social dada ao pensamento por uma antropologia da modernidade pautada no domínio econômico e político da Europa sobre as periferias, é transformado em conceito, o qual define em termos de uma filosofia da história o domínio político econômico.

### Palavras chaves:

Hermenêutica. Totalidade. Monismo. Marxismo.

### Abstract:

The article attempts to analyze the Marxist thought as heir of the European philosophy, specifically the one which has accustomed to see the understanding of totality of the world in Greek model. In this way, it tries to appear for a hermeneutic understanding of the concept as accomplishment in the thought of social reality. The world, the social reality given to the thought by anthropology of modernity ruled in economical and political domain of Europe on the peripheries, is transformed in concept, which defines in terms of a philosophy of history the economical political domain.

### Keywords:

Hermeneutic. Totality. Monism. Marxism.

### O método como realização do conceito

O trabalho possui, na conotação dada pela tradição materialista, uma característica do ser (*ente* ou a *consciência-de-si*) em si que em Marx e Engels ganha um *estatuto positivo*, ou seja, na concepção materialista desses autores, o trabalho é a evidência de que o ser humano está em constante evolução, sua característica fundamental é ser um ser que resulta de uma complexidade imensa da luta mesma dos átomos que se encontram em “declinação”, a saber, que “se os átomos não tivessem o hábito de se desviarem, não teria nascido a possibilidade de choque entre eles e o mundo nunca teria sido criado”.<sup>1</sup> Em sua tese de doutoramento, Marx já estava interessado na problemática materialista, pois sua maior influência, que era o filósofo Hegel,

naquele momento, era considerado por seus discípulos (Jovens Hegelianos) como um novo Aristóteles, e como as filosofias pós-aristotélicas (estoicismo, ceticismo e epicurismo) eram consideradas como os fundamentos filosóficos do Império Romano, acreditavam os Jovens Hegelianos que também vivenciavam “um período paralelo na história da filosofia grega”.<sup>2</sup> Ou seja, eles vivenciavam um excepcional momento com a filosofia do mestre idealista que tinha paralelo com outro grande período da civilização ocidental, o período greco-romano. A desconstrução dessa concepção será mais tarde uma das mais conhecidas do mundo filosófico, a saber, a *Ideologia Alemã*, obra conjunta de Marx e Engels – muito

<sup>1</sup> MARX, Karl. *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Lisboa: Presença, 1972. p. 175.

<sup>2</sup> McLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 47.

embora publicada somente no início do século XX.<sup>3</sup>

Nesse tempo, Marx era ainda um idealista, no entanto, essa concepção desenvolvida com respeito à *declinação do átomo da linha reta* (declinamen) o acompanhou sempre; embora ele não tenha tematizado a questão ontológica mesma do trabalho, mas sim do “princípio do movimento”,<sup>4</sup> ele procura mostrar cartesianamente que o indício evidente da materialidade humana é a capacidade que, mais evidentemente na idade moderna, possui esta de produzir seus *meios de produção*, pois nenhum outro animal, a não ser o ser humano precisa criar seus meios de produzir seu alimento através da modificação da natureza.

Sendo assim, Marx, e isso fica muito bem delineado na *Ideologia Alemã*, acredita que o trabalho é aquela realidade positivada da materialidade constitutiva essencial do ser humano. Como antes a positividade do ser na filosofia idealista era “a determinação do sábio”,<sup>5</sup> agora é a capacidade de mudar seu entorno que evidencia a atividade sempre em movimento dos átomos.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.<sup>6</sup>

Na obra máxima de Marx, *O Capital*, nunca encontramos uma avaliação de uma ontologia do trabalho; no entanto, Marx se refere às leis que regem o movimento do capital como um “jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, pela

centralização dos capitais”.<sup>7</sup> Encontramos uma avaliação sobre a capacidade do ser humano de mudar seu entorno nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*.<sup>8</sup> Marx acredita que o movimento histórico de tensão entre a classe explorada e a classe exploradora conduzirá, *tendo o trabalho humano como a realidade direta da automanifestação atômica que explode e transcende qualquer estagnação, qualquer situação como tida por acabada e pronta*, à evolução da sociedade moderna até a construção da sociedade sem classes, isto é, do comunismo.<sup>9</sup> Fica evidente que Marx reproduz existencialmente a mesma trajetória de seu mestre, Hegel, e de tantas outras figuras de seu tempo, ou seja, interpreta seu próprio itinerário existencial em termos macro-cósmicos. “Assim Marx passou pela mesma evolução que a própria filosofia alemã clássica, de Kant e Fichte através de Schelling até Hegel”.<sup>10</sup> Aquele processo pelo qual a *consciência-de-si* exercita-se *como a ideia que se pensa a si mesma* e que se torna *conceito* através do *método* é somente invertido, mas nesta inversão a Europa continua sendo justificada em sua expansão colonial.

<sup>7</sup> MARX, 1972, p. 711.

<sup>8</sup> MARX, 1979.

<sup>9</sup> Lukács nos lembra que para Marx esse caminho não é automático (voluntarista), pois se uma determinada classe revolucionária (proletariado) não tomar as rédeas da condução histórica é possível que se instale a barbárie (LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974. p. 66). A extrema maquinização das fábricas com a máxima produção e a consequente marginalização do trabalhador conduzirá ao caos já que estes mesmos trabalhadores alijados de seus empregos não poderão comprar os produtos necessários para sua sobrevivência e diante da exclusão sistemática não terão outro caminho senão partir para a violência. É o que temos visto acontecer ultimamente na Europa, especificamente na França, na Grécia, na Espanha, e também, com muita força, nos Estados Unidos. Tanto o trabalhador está alienado de sua vida e função dentro do sistema como o capitalista que não percebe que o mesmo trabalhador necessita de emprego para comprar a mercadoria produzida, do contrário o sistema entra em colapso. Justamente este colapso é a negação da negação, o momento em que a *consciência-de-si*, o proletariado, desejando a vida digna disposta pelas mercadorias produzidas por eles mesmos e alienada, passa a se articular para tomar os *meios-de-produção* como exercício da *ideia que se pensa a si mesma, a ideia absoluta*.

<sup>10</sup> McLELLAN, 1990, p. 42.

<sup>3</sup> O fato é que a perspectiva delineada na *Ideologia Alemã*, mesma esta não sendo publicada na época, foi muito presente em toda a avaliação que os autores fizeram a partir de 1845 de toda a sociedade européia do século XIX, ou seja, aquilo que Engels chamou de *materialismo histórico* e que aqui nós chamamos de monismo estrutural.

<sup>4</sup> MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*. In: FROMM, Erich. *O conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 38.

<sup>5</sup> MARX, 1972, p. 97.

<sup>6</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 10-11.

## A Grécia (Atenas) como modelo

Poder-se-ia falar que o mundo grego representava para Hegel e seus discípulos o espírito livre, espontâneo e, em última instância, o lugar e o tempo onde a “individualidade abstrata do indivíduo” se realizaram na antiguidade. Os romanos tinham destruído este lugar, a concretude romana exigia a conformação a certo despotismo do poder político, o que fez com os indivíduos buscassem refúgio num autorecolhimento que preconizavam as filosofias estoica, epicuréia e cética. Eles entendiam que os seres humanos não são apenas animais entregues à natureza, mas são espirituais. Por isso, coube à religião cristã dar a noção de liberdade a uma configuração positiva que possui a existência humana diante da natureza. O fato, porém, da religião cristã ter tido esse papel não exclui o mundo da polis grega como o exemplo primordial.

Hegel apresenta o confronto da Pérsia com Atenas, Esparta e outras cidades-estado da Grécia antiga. É a luta do déspota oriental contra os estados que reconheciam a “livre individualidade”. Essa vitória significou a manifestação do espírito absoluto na história universal dentro das cidades-estados gregas. No entanto, não logrou sua realização, permanecendo, porém, seu modelo<sup>11</sup> que se realiza numa cultura mais elevada e completa.<sup>12</sup> Hegel postulava o modelo grego das cidades-estados porque acreditava que, embora esse período tenha tido suas incoerências, era ainda um período onde a “bela totalidade” tinha se manifestado de forma coerente, “a história torna-se, ao mesmo tempo, teogonia, teofania e teodicéia”.<sup>13</sup> McLellan argumenta que Marx ao esboçar a *Crítica da Economia Política* (Grundrisse) tinha por norte a questão: “Por que a infância da sociedade humana, onde ela atingiu seu mais belo desenvolvimento, não exerceria um atrativo eterno

como uma idade que nunca voltará?”.<sup>14</sup> As cidades-estado da Grécia antiga revelavam para Marx o ser humano como essencialmente natural e dotado da faculdade da ação (ein taetiges Naturwesen) e esta mesma ação permaneceria natural porque ela consiste no trabalho – o metabolismo entre ser humano e natureza;<sup>15</sup> diferentemente Hegel, que o via “essencialmente espírito” (ratio). Marx projetou a noção de seres humanos socializados numa sociedade sem classes futura, algo a ser conquistado porque o ser humano faz a sua própria história não pelo pensamento, mas através de sua ação, tendo como modelo o período antigo das cidades-estado gregas. Marx e Engels, partindo da releitura de Hegel da fenomenologia do espírito, viam na violência da história a realização da filosofia como o princípio das “forças produtivas” da sociedade que tem no trabalho sua caracterização atômica.

## A sociedade capitalista como objeto

Tendo como modelo a sociedade grega das cidades-estado da antiguidade, em sua totalidade orgânica, isto é, sua inter-relação necessária com a liberdade e a necessidade, Marx e Engels constroem sua cosmogonia,<sup>16</sup> resultante da análise a partir dos elementos empíricos e não das noções *in abstracto*, a partir do dado positivo que é colocado em discussão. Por isso, Marx inicia sua obra da maturidade, *O Capital*, a partir da *mercadoria* e do *dinheiro* e depois segue, assim como previa o método cartesiano – do menor ao maior – para a análise da produção da mais-valia, e assim por diante. Marx dizia que uma análise positiva da sociedade e da economia política devia pautar-se por aquilo que se faz e não por aquilo que se diz,

[...] assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do

<sup>11</sup> Os especialistas reconhecem que Hegel não deixou nítida muitas de suas opções que serviram para embasar seus exemplos históricos de manifestação do *espírito absoluto*. Aqui nossa avaliação é introdutória não cabendo discussão tão considerável. Cf. SINGER, Peter. *Hegel*. São Paulo: Loyola, 2003; e ROSENFELD, Denis L. *Hegel*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 69.

<sup>12</sup> ROSENFELD, 2002, p. 71.

<sup>13</sup> PAPAIOANNOU, Kostas. *Hegel*. Lisboa: Presença, 1964. p. 14.

<sup>14</sup> McLELLAN, 1990, p. 313.

<sup>15</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 67.

<sup>16</sup> DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 411.

conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.<sup>17</sup>

Nesta obra, *Para a crítica da economia política*, Marx argumenta que

[...] a mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado.<sup>18</sup>

Todo e qualquer processo de produção se dá em meio a um determinado mundo social específico e concreto e não como algo supra como se independesse da realidade; este mesmo processo acaba por moldar as exigências da realidade. Isso quer dizer, as relações de produção devem ser analisadas desde sua categoria micro-estrutural e daí se partir para a análise do todo e não o contrário.

Marx dialoga com os grandes economistas do capitalismo de sua época. A análise que ele empreita parte de seus pressupostos materialistas, dos quais ele tinha estudado em sua tese de doutoramento – Demócrito e Epicuro<sup>19</sup> – e se emaranhado nas discussões com Hegel e com os socialistas franceses.<sup>20</sup> Para ele, “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser,

mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.<sup>21</sup>

Marx e Engels procuraram mostrar que as pontes existentes entre a vida política e as estruturas econômicas produzem os efeitos sociais. Os fenômenos sociais: econômicos, políticos, familiares, locais, religiosos, etc, estariam galvanizados pela noção geral do fenômeno do poder. Maurice Duverger argumenta que

[...] o mérito do marxismo é ter recolocado os fenômenos políticos no meio dos outros fenômenos do universo social, ter mostrado que nenhuma barreira rígida podia ser elevada entre os diversos aspectos da vida das sociedades e dos homens. Sua orientação fundamental consiste, aliás, em mostrar as inter-relações entre as diversas categorias de fenômenos, suas influências recíprocas.<sup>22</sup>

Estado e poder são considerados por Marx e Engels fenômenos de força, os quais interagem com outras forças sociais dentre as quais são distinguidas as importâncias das técnicas de produção. A relação dialética entre a chamada *base* e a *superestrutura* forma um quadro bem definido das interferências e inferências mútuas que se desenvolvem entre a política e os fatos econômicos. Em muitos momentos Marx e Engels refutaram a acusação de colocarem o fator econômico como eixo determinante no processo social, o próprio Engels precisa que

[...] segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o *único* determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda.<sup>23</sup>

Engels enfatiza que por *materialismo histórico* ele e Marx entendem vários atores sociais que interagem com as relações de *produção* e *reprodução* da vida material, existe *ação* e *reação* de maneira

<sup>17</sup> MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 52.

<sup>18</sup> MARX, 1996, p. 40.

<sup>19</sup> MARX, 1972.

<sup>20</sup> Analistas como Michael Löwy e Arno Münster têm avaliado que além das três fontes que foram tradicionalmente atribuídas ao pensamento de Marx – segundo Kautsky e Lênin, seriam estas fontes a filosofia alemã, o socialismo francês e a economia britânica – há também uma poderosa corrente trágico-romântica que circulou por trás do espírito ético não somente de Marx e dos socialistas alemães, mas também de toda uma geração de judeus da Europa central de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX. MÜNSTER, Arno. *Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Universidade Paulista, 1993. 124p; LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 205p.

<sup>21</sup> MARX, 1996, p. 52.

<sup>22</sup> DUVERGER, 1976, p. 419.

<sup>23</sup> ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987. p. 38.

recíproca entre estes vários atores sociais, dos quais o *movimento econômico* ganha preponderância por meio de uma grande gama de acidentes em que são estabelecidas as suas possibilidades de conduzir uma relação dialética entre os *meios de produção* e os *meios de distribuição*. Nas palavras de Marx:

Na produção social de sua vida, os homens ingressam em relações definidas, que são indispensáveis e independem de sua vontade, relações de produção correspondentes a uma determinada etapa da evolução de suas forças produtivas materiais.<sup>24</sup>

Isto é, quando nascemos não encontramos um mundo que surgiu do nada, mas um que foi historicamente construído. Dessa maneira, aquilo que encontramos quando nascemos, ou seja, aquilo que *está aí* dado (Dasein), a superestrutura que foi edificada com o tempo e com a história, com as lutas passadas entre os vários grupos da sociedade, está determinado de certa maneira que não podemos pela simples vontade imaginar que surgiu do querer de alguém (indivíduo) ou que mudará pelo querer de alguém senão da própria luta de classes.

Importante é perceber-se que não se trata de naturalização dos processos sociais, mas de fenômeno histórico, melhor dizendo, de *construção da consciência social*. Erich Fromm argumenta:

[...] de fato, contudo, o materialismo histórico não é de forma alguma uma teoria *psicológica*; ela alega que a *forma por que o homem produz determina seu pensamento e seus desejos*, e não que seus desejos principais sejam os de máximo ganho material. A economia, neste contexto, refere-se não a um impulso psíquico, mas ao modo de produção; não a um fator subjetivo, psicológico, porém objetivo e econômico-sociológico.<sup>25</sup>

Não se trata de uma tendência psíquica ou de egoísmo, mas de um fato histórico. E por fato histórico entendem Marx e Engels o conjunto de situações que permitem aos seres humanos satisfazerem suas necessidades fundamentais, a saber, “beber, comer, morar, vestir-se e algumas

coisas mais”.<sup>26</sup> A teoria do egoísmo como possibilitador de um interesse maior de Adam Smith é rejeitada como um dispositivo ideológico, isto é, falso. Isso significa que o conceito de *auto-interesse* (egoísmo) não é senão resultado da própria produção social da vida do ser humano. Ser egoísta não seria uma tendência natural psicológica, mas construção histórica da sociedade. Ser dado à usura ou a opressão das mais variadas formas não seria algo imanente à natureza humana; seria, pelo contrário, isso sim, uma construção com os mais variados matizes sociais com que a produção social da vida dá forma às relações baseadas na contradição entre a produção e a distribuição dos bens sociais. Numa palavra: egoísmo é uma construção histórica e não uma característica biológica imutável desde o ponto de vista social.<sup>27</sup>

### Conceito e sociedade

Para Hegel, o pensamento é o substrato fenomenológico das ações perpetradas pela sociedade. O pensamento resulta do social. No entanto, de uma maneira ideal, na qual o sujeito mesmo dessa vinculação é o Espírito Absoluto, ou

<sup>26</sup> ENGELS; MARX, 2002, p. 21.

<sup>27</sup> A obra de Adam Smith é moldada por uma perspectiva moralizante muito forte. Sua conhecida frase, que segundo Edwin Cannan, teria sido influenciada por Mandeville, diz que “não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu próprio *auto-interesse*” (SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 53). Auto-interesse aqui entendido como *egoísmo*, não egoísmo num sentido vulgar mas sim naquele em que cada um acha certo, ou seja, a expressão mais latente da individualidade da pessoa. Em síntese: o princípio ideológico do liberalismo. Marx rejeitará essa noção por ser falsificadora das reais relações estabelecidas no interior do sistema capitalista. Marx usa a mesma terminologia de Hegel – este usa a palavra *indeterminação* para se referir ao uso de *sujeito e objeto* e da *coisa-em-si* da fenomenologia de Kant como algo que não explica as conexões necessárias da *consciência-de-si* com a política, economia, cultura, religião, etc., enfim, com o todo (HEGEL, 1995, p. 109-10) para se referir ao fato de que essas relações são *indeterminadas*, isto é, não explicam as relações necessárias no interior do sistema capitalista. Diz textualmente: “Todavia, a antítese entre a não-posses de propriedade e propriedade ainda é uma antítese indeterminada, não concebida em sua referência ativa às relações intrínsecas, não concebidas ainda como uma contradição, desde que não é compreendida como uma antítese entre trabalho e capital”. MARX, 1979, p. 114.

<sup>24</sup> MARX, 1996, p. 52.

<sup>25</sup> FROMM, 1979, p. 22.

seja, quem torna ao pensamento a razão da sociedade não é a própria transformação social que os seres humanos empreitam em si mesmos e na natureza, mas uma força impessoal e universal que perpassa os sujeitos e os conduz à elaboração racional da lógica evidente nas ações sociais que os vários grupos humanos realizam uns em relação aos outros. Esse processo é delineado de forma contraditória e violento, mas por uma necessidade mesma que o Espírito Absoluto impõe à história. A cada momento histórico pensado por este Espírito Absoluto, dá-se o nome de conceito, ou seja, a cada vez que é delineado esse substrato fenomenológico das ações sociais dos grupos humanos racionalmente no pensamento é chamado de conceito.

O conceito é um momento. O conceito é uma época. Não se trata de algo estático, mas dinâmico, ou melhor dizendo, dialético. É o resultado de um processo, de um método, de um caminho, a saber, uma tríade metodológica que compreende o movimento do Espírito Absoluto como Tese, Antítese e Síntese; são momentos que se interpoem de maneira complementar, embora dinâmico, violento e dialético. Pode-se dizer que o conceito é o momento da síntese. Síntese esta que surge “em meio ao esterco das contradições”, no dizer de Hegel.<sup>28</sup> Esse conceito é a razão (ratio) que está presente no processo ontológico da sociedade. “A razão é aqui o princípio último do ser e do devir da natureza e da sociedade. Tarefa da filosofia é descobrir e revelar esse princípio a fim de que a sociedade se adeque às leis eternas, imutáveis, da natureza”.<sup>29</sup>

Embora Hegel seja um herdeiro do iluminismo, sua ontologia não é necessariamente teleológica como entendiam os iluministas franceses tendo na leitura ulterior da Revolução Francesa um acontecimento delineado pela história, mas sim uma compreensão do passado para o presente. O conceito hegeliano é uma filosofia do presente, uma justificação racional do movimento da história que se desenvolve dialeticamente dentre as entranhas de cada momento da história. A cada

movimento da história, é produzida sua própria superação. Não se trata de entender o futuro, mas o presente. Suas leis e lógica interintestivamente.

Marx e Engels partem desta forma de compreensão hermenêutica para elaborar um possível futuro compreendendo-se as leis imanentes dos processos sociais. Compreender os movimentos históricos possibilita delinear o futuro como força social construída pelos grupos sociais reais. O método hegeliano é abstrato, o método marxista é concreto, pelo menos no que se refere à pesquisa. O que isso quer dizer? Quer dizer que a avaliação de Hegel era sempre abstrata, não no sentido de que suas avaliações fossem somente racionais e desprovidas de pesquisa social, não, não se trata disso necessariamente; quer dizer que para Hegel o conhecimento é produto abstrato – dissociação crítica entre sujeito e objeto – das várias partes de um sistema lógico social no qual uma maior abstração analítica dos processos e construtos sociais se dão no reconhecimento próprio de uma entidade que pensa a si mesma, diferentemente de outras sociedades que se pensam como parte do todo e não dissociam sua subjetividade das demais coisas que perfazem o todo social. Essa é a característica fundamental de lugares em quais o Espírito Absoluto não pode se manifestar como nas “consideradas” periferias da modernidade, exemplos dessa impossibilidade são a Índia e a América Latina, não somente.

Marx e Engels diferem quanto ao método de Hegel. Para eles, a forma é a mesma, porém, os objetos de pesquisa são outros. Para eles, não se parte da abstração necessariamente, mas da objetividade de um objeto analisado rigorosamente. Tanto Engels quanto Marx partem da realidade dos trabalhadores do século XIX, nas fábricas da Inglaterra, principalmente. Para os dois amigos hegelianos, o caminho de análise é a realidade social de um trabalhador numa fábrica determinada. O caminho é real, é concreto e é factível sua avaliação.

O método de análise proposto por Marx e Engels postula a evidenciação mais espetacular até aquele momento pós-Revolução Francesa, a saber, o grande desenvolvimento industrial que ocorria na Europa, e sua estrutura mais elementar: a produção industrial nas fábricas. A análise busca mostrar a

<sup>28</sup> LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 11.

<sup>29</sup> LUKÁCS, 1979, p. 12.

construção do valor produzido pelos trabalhadores. Somente na rigorosa análise do presente e do passado, pelos meios à disposição, das leis imanentes aos processos sociais de produção, seria possível, segundo Marx e Engels, dispor de meios para a construção de uma atuação política articulada pelos trabalhadores para a asolução de suas agruras sociais, pois eles mesmos é quem iriam resolver seus problemas e não seus exploradores. Assim, a análise não busca necessariamente entender leis que invariavelmente conduzem à realização de um Espírito Absoluto que pensa a si mesmo, mas que conduzem os trabalhadores a uma melhor atuação política no presente intentando, sim, um futuro melhor.

Desta forma, pode-se dizer que o método como caminho é a compreensão do presente e não de um futuro realizável a qualquer custo. Entender o presente como construção histórica e social dos seres humanos, esta é a forma de realização do método tanto de Hegel como de seus dois discípulos dissidentes. No entanto, estes dois quiseram colocar o mestre sobre seus pés argumentando que sua lógica estava virada de ponta cabeça, pois a construção não se dá idealisticamente como dizia Hegel, mas sim socialmente pela produção dos meios de reprodução da vida. De qualquer forma, tanto o mestre quanto s discípulos entendiam que a sociedade é resultante de construções históricas humanas. E para ambos essa construção histórica privilegiava quem conseguia dissociar sua subjetividade das demais entidades sociais. Essa capacidade de dissociação permitia entender-se como um ser social diferenciado dos demais. Assim sendo, a sociedade que mantinha uma indissociabilidade dos sujeitos era uma sociedade

atrasada e presa às trevas da inacessibilidade do Espírito Absoluto. E esse Espírito Absoluto era a expressão mais adiantada de uma sociedade que pensava a si mesma, expressa na racionalidade da lei. Para Hegel, as leis que regem a vivência social – quanto mais abstratas e impessoais – constituem-se como o coração de um sistema.

### **À guisa de conclusão**

O conceito é o momento privilegiado no qual as leis podem ganhar positividade e tornar uma determinada sociedade mais justa e equânime. Diferentemente, Marx e Engels veem nas leis o resultado da lógica da luta de classe, pois as leis nunca privilegiam a maior parte da população e sim os detentores dos meios de produção que permitem a reprodução da vida. No entanto, para todos eles o movimento da história está ligado à percepção da subjetividade como elemento fundamental de efetivação da liberdade, o que era negado à maior parte da população mundial no século XIX, pois a maioria estava ligada ao modo de produção asiático, ou seja, não existia consideravelmente um movimento histórico capaz de gerar percepção da subjetividade que produzisse movimentos sociais capazes de erigir leis que permitissem revoluções democráticas desde o ponto de vista europeu ateniense. Por isso, a conclusão lógica era de que a Europa era a ponta de um iceberg histórico mundial, a autocosciência mundial feita razão. O método permitia tal conclusão.

[Recebido em: agosto 2009 e  
aceito em: novembro 2009]